



Desigualdade na distribuição de renda nos municípios do estado de Minas Gerais

Éder de Souza Beirão*, Eduardo Vinícius Pereira Barbosa e Marcos Esdras Leite

Universidade Estadual de Montes Claros, Avenida Rui Braga, s/n, 39401089, Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: ederbeirao@gmail.com

RESUMO. O presente estudo tem como objetivo demonstrar a desigualdade na distribuição de renda dos municípios do estado de Minas Gerais com base nos dados dos Censos Demográficos dos anos de 1991, 2000 e 2010. Foi utilizada como metodologia a pesquisa de abordagem quantitativa, classificada quanto aos objetivos em descritiva, e quanto aos procedimentos em documental. A variável utilizada para a apresentação de dados referentes à desigualdade da distribuição de renda foi o coeficiente de Gini, obtido no Atlas do Desenvolvimento Humano. Foram coletados dados para os anos de 1991, 2000 e 2010 e realizada a análise de mapas coropléticos do coeficiente de Gini dos municípios do estado de Minas Gerais através de recursos cartográficos utilizando cartogramas construídos pelo método coroplético. Constatou-se que no ano de 1991 havia 18 (2,11%) municípios com altíssima concentração de renda. No ano 2000, este número subiu para 77 (9,03%) dos 853 municípios do estado de Minas Gerais. Já em 2010, este número foi reduzido para 42 (4,92%). Isso quer dizer que a concentração de renda e desigualdade na distribuição da mesma aumentou do ano de 1991 para o ano 2000, e foi reduzido deste para o ano 2010, sinalizando que na 'década inclusiva' (2000-2010), a renda destas localidades passou a ser distribuída de forma mais equitativa.

Palavras-chave: desigualdade de renda; coeficiente de Gini; Minas Gerais.

Inequality in the distribution of income of the municipalities of the state of Minas Gerais

ABSTRACT. The present study aims to demonstrate the inequality in the income distribution of the municipalities of the state of Minas Gerais based on data from the Demographic Census of the years 1991, 2000 and 2010. The quantitative approach was used as a methodology, descriptive, and as to documentary procedures. The variable used to present data on inequality of income distribution was the Gini coefficient obtained in the Atlas of Human Development. Data were collected for the years 1991, 2000 and 2010 and the analysis of choropleth maps of the Gini coefficient of the municipalities of the state of Minas Gerais was done through cartographic resources using cartograms constructed by the choropleth method. It was verified that in the year of 1991 there were 18 (2.11%) municipalities with very high concentration of income. In 2000, this number rose to 77 (9.03%) of the 853 municipalities in the state of Minas Gerais. In 2010, this number was reduced to 42 (4.92%). This means that the concentration of income and inequality in the distribution of income increased from the year 1991 to the year 2000, and was reduced from this to the year 2010, indicating that in the 'inclusive decade' (2000-2010), the income of these localities distributed more evenly.

Keywords: rent inequality; Gini coefficient; Minas Gerais.

Received on March 6, 2018.

Accepted on June 24, 2019.

Introdução

Desigualdade social é um problema que afeta a sociedade da maioria dos países, sejam eles desenvolvidos ou subdesenvolvidos, sendo que esta ocorre mais comumente nos últimos. O nível de desigualdade pode ser afetado ou afetar várias dimensões da sociedade relacionando-se aos níveis de educação, saúde, nutrição, mortalidade, violência e outras características, determinando e sendo determinado por elas. Portanto, seus impactos vão muito além da dimensão econômica.

Segundo Cohen, Kluegel, e Land (1981), a desigualdade social diz respeito a processos que costumam ocorrer na sociedade e que tem o efeito de limitar o *status* de um determinado grupo, classe ou círculo social. A desigualdade social passa pelo direito ao voto, à liberdade de expressão, aos direitos à propriedade, acesso aos serviços de saúde, educação, habitação, transporte, direitos trabalhistas, qualidade de vida, emprego e acesso ao crédito. Para Cimadamore e Cattani (2007, p. 7), “[...] a pobreza e a desigualdade são construções sociais que se desenvolvem e consolidam a partir de estruturas, agentes e processos que lhes dão forma histórica concreta”. A desigualdade social e a pobreza não são problemas sociais surgidos recentemente na sociedade e no mundo.

Conforme Correia (2009), a desigualdade se tornou mais evidente a partir do advento do capitalismo, pois a transição do feudalismo para o capitalismo no século XVI expulsou muitos camponeses de suas terras, que ofereciam os meios para sustentar sua família e por isso, precisaram de ajuda e caridade alheia. Alguns autores enxergam a desigualdade como um problema social (Clarke, 1995; Temple, 1999; Easterly, 2007; Stiglitz, 2009; Wilkinson & Picketti, 2009; Castells-Quintana & Royuela, 2012), como algo que possui uma função destrutiva, que retrata o fenômeno do crescimento econômico. Friedman (2008), por sua vez, argumenta que igualdade demais pode ser prejudicial, pois este cenário eliminaria a motivação para a tomada de riscos e o crescimento econômico, abrindo espaço para a estagnação na economia. Para Barros, Carvalho, Franco, e Mendonça (2007), uma das principais consequências da desigualdade é o agravamento e a persistência dos níveis de pobreza, visto que a desigualdade na distribuição de renda se constitui em um de seus principais determinantes.

A América Latina é uma região continental marcada pela desigualdade e pela pobreza, e de acordo com Mendonça (2009), esta é sua principal característica. O território em sua totalidade é conhecido por possuir “[...] desigualdade econômica e social em proporções não encontradas em outras regiões do mundo” (Mendonça, 2009, p. 79) e por apresentar historicamente os piores índices de desigualdade do mundo. Para Boron (2002), os países da América Latina ainda se voltam a enfrentar temas como erradicação da pobreza extrema, reforma agrária, favelização, alfabetização e mortalidade infantil. Ao passo que países centrais, com populações já basicamente satisfeitas, as reformas já discutem pautas identitárias, questões étnicas, sociais, culturais, ecologia e direito ao aborto.

O Brasil é integrante da América Latina, uma região continental composta integralmente por países subdesenvolvidos que convivem com a desigualdade e a pobreza. O país avançou pouco na redução da desigualdade, mais precisamente na questão da desigualdade de renda, visto que no Censo de 1991 seu coeficiente de Gini era de 0,63, aumentou para 0,64 no Censo de 2000 e foi reduzido para 0,60 no Censo de 2010.

A região sudeste do Brasil é uma das que possuem menores coeficientes de Gini no Brasil, indicando que a mesma possui menor desigualdade de renda. No Censo de 1991, os estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo alcançaram índice de 0,60, 0,61, 0,61 e 0,55, respectivamente. Já no ano 2000, o Censo mostrou que os indicadores destes estados foram de 0,60, 0,61, 0,60 e 0,58, nesta ordem. No último Censo, realizado no ano de 2010, a desigualdade de renda dos estados do sudeste brasileiro foi de 0,56, 0,56, 0,59 e 0,56, na devida ordem.

No período em questão, o estado de Minas Gerais foi o que obteve menor variação percentual do coeficiente de Gini entre os que compõem a região sudeste do Brasil, demonstrando que pouco avançou rumo à redução da desigualdade de renda. Sendo assim, este foi escolhido com vistas a investigar a baixa variabilidade da sua desigualdade de renda.

Nesse sentido, diante da importância da discussão sobre a desigualdade no contexto brasileiro, mais especificadamente no estado de Minas Gerais, o presente estudo apresenta a seguinte questão-problema: Como se encontra a situação da desigualdade na distribuição de renda nos municípios do estado de Minas Gerais?

Para responder à questão norteadora, objetiva-se demonstrar a desigualdade na distribuição de renda dos municípios do estado de Minas Gerais com base nos dados dos Censos Demográficos dos anos de 1991, 2000 e 2010.

Para o desenvolvimento do trabalho ora apresentado, adotou-se os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa, levantamento de dados e seleção bibliográfica acerca da temática proposta. Após, foi feita análise de dados secundários obtidos em fontes como o Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil e elaboração de mapas cartográficos através do *software* Esri ArcGIS 10.5 (Environmental Systems Research Institute [ESRI], 2018).

A fundamentação teórica encontra-se apoiada nas ideias de Jessé Souza (2006), Alberto Cimadamore e Antônio Cattani (2007), Marcelo Côrtez Neri e Pedro Herculano Cavalcanti Ferreira de Souza (2012), David Harvey (2013), Thomas Piketty (2015) e outros autores que contribuíram significativamente para a discussão aqui proposta.

O trabalho está dividido em seis seções, a saber: Introdução; Revisão de Literatura; Procedimentos Metodológicos; Análise e Discussão de Resultados; Considerações Finais; e Referências.

Revisão de literatura

A desigualdade é um dos temas centrais de discussões políticas, econômicas e sociais da atualidade. Conforme Piketty (2015), estas discussões são polarizadas, sendo que um destes polos defende um posicionamento liberal de direita e outro o tradicional de esquerda.

Piketty (2015) afirma que a posição liberal de direita defende que somente as forças do mercado, a economia, a iniciativa privada e individual e o aumento da produtividade podem tornar possível a melhoria efetiva da renda e das condições de vida dos menos favorecidos. Em contrapartida, aqueles que defendem a posição tradicional de esquerda, alegam que somente as lutas sociais e políticas são eficientes na busca da redução da pobreza e miséria dos menos favorecidos. O autor ainda completa afirmando que esta posição tem sua origem nos teóricos socialistas do século XIX e da prática sindical.

Os teóricos não quantificavam a desigualdade e, portanto, a resposta para a existência de tal fenômeno era a lógica do sistema capitalista. Piketty (2015, p. 26) afirma que para estes teóricos, “[...] a lógica do sistema capitalista é alargar incessantemente a desigualdade entre duas classes sociais opostas, os proletários e os capitalistas, e isso tanto no âmbito dos países industrializados como entre países ricos e países pobres”. Harvey (2013) afirma que as classes mais altas acreditam que a desigualdade social tem uma função dentro da sociedade e na economia. Para os integrantes das classes mais altas é necessário que haja a desigualdade na sociedade para que se tenha equilíbrio e o crescimento econômico ocorra de fato.

Para Harvey (2013), a desigualdade social foi construída para que o risco e a inovação empresarial fossem encorajados, conferindo assim a um determinado território, competitividade e crescimento. Consequentemente, o autor afirma que se as classes inferiores se encontram em condições de desigualdade é porque estas falharam motivadas por razões pessoais ou culturais no melhoramento de seu capital humano.

Neste contexto, as classes superiores cumpriram seu papel e mantem-se em constante crescimento e as inferiores se deterioraram justamente por terem feito o mesmo. Conforme Harvey (2013, p. 20), nesta concepção, de um mundo neoliberal darwiniano, idealizada e perseguida pelas classes mais altas, “[...] só os mais aptos poderão e irão sobreviver”.

A desigualdade e a pobreza são problemas sociais enfrentados pela grande maioria dos países, sobretudo aqueles que são considerados subdesenvolvidos, como é o caso da América Latina.

Os países e regiões da América Latina desde os tempos coloniais, se constituíram com a influência da pobreza e da desigualdade embora possuam suas peculiaridades próprias. Os mesmo compartilham os altos níveis de pobreza e desigualdades e estas acabam por influenciar a vida política, econômica, social e cultural da região.

Para Cimdamore e Cattani (2007, p. 7), “[...] a desigualdade gera pobreza à proporção que, em um determinado ponto histórico, a distribuição do estoque de recursos econômicos faça parte de um jogo de soma zero”. Neste sentido, Fogel (2002) afirma que o que se tem notado é um incremento do índice de Gini, representando um aumento na desigualdade de renda entre os países latino-americanos.

Langoni (1972), ao tratar da desigualdade de renda no Brasil, ressalta que esta é ocasionada pelo mercado de trabalho devido à heterogeneidade da força de trabalho com respeito a nível educacional, idade, sexo, setor de atividade e região de residência, concluindo que um dos principais determinantes da desigualdade de renda no Brasil é a política educacional entre os membros da força de trabalho. Diferenças estas criadas pela sociedade brasileira.

Limitando-se à realidade brasileira, Souza (2006) vai mais longe e afirma que os debates que se ocupam da questão da desigualdade tem sido conduzidos sob o cerne da fragmentação do conhecimento e também da fragmentação da percepção da realidade. Em outras palavras, os debates acerca da desigualdade brasileira tem sido travados de forma fragmentada e sensacionalista pela grande mídia e o que se tem observado é a tentativa de ‘chocar o público e por sentimentalizar e novelizar a política’. Souza (2006) argumenta que

temas como ‘violência, segurança pública, direitos humanos, marginalidade, políticas sociais, sistema prisional e ações voluntárias’ são práticas sociais e temas de discussão que, apesar de possuírem elevada importância, têm sido tratados de forma superficial e generalizada pela mídia, Academia e a reflexão pública brasileira. Neste sentido, não tem havido esforços neste sentido para buscar as causas e razões mais profundas desses problemas sociais.

Ainda no que se refere à realidade brasileira, Simão (2004) reafirma a importância de levar em consideração aspectos históricos e institucionais relativos ao período colonial para compreensão da distribuição de renda no Brasil hoje. O autor exemplifica com a concentração de terras em latifúndios, associada ao modelo agrário, que predomina no país, bem como o escravismo e a maneira como se deu o abolicionismo no Brasil, permitindo a marginalização dos negros.

Em síntese, esta fragmentação e superficialidade citadas pelo autor ajudam a compreender que a desigualdade social é um conceito que abrange diversos outros tipos de desigualdades. O tipo de desigualdade mais conhecido é a econômica que versa sobre a distribuição desigual da renda e da riqueza.

O coeficiente de Gini

Ainda não se entrou em consenso sobre a medida que melhor represente a desigualdade, porém Morrisson (1996, p.81-96) afirma que o coeficiente de Gini ou os indicadores de Theil e de Atkinson, dentre outros, são utilizados para medir a desigualdade.

Para este estudo, o coeficiente de Gini foi escolhido como indicador de desigualdade, pois a intenção é avaliar a desigualdade de renda, um dos vários tipos de manifestação deste fenômeno.

Para Neri e Souza (2012, p. 8), o coeficiente de Gini “[...] é uma medida menos intuitiva, porém mais abrangente da evolução da desigualdade”. Os autores ainda afirmam que esta medida sintetiza melhor o conjunto de mudanças observadas.

Corroborando com tal afirmação, Pochmann (2012) evidencia o fato das estatísticas do coeficiente de Gini e de outros indicadores revelam o sentido das transformações sociais ocorridas no Brasil.

O coeficiente de Gini foi desenvolvido pelo estatístico italiano Corrado Gini e publicado no documento intitulado *Variabilità e mutabilità* (Variabilidade e mutabilidade em italiano), no ano de 1912. Conforme Neves, Câmara, Sesso Filho, Esteves, e Marconato (2015), o coeficiente de Gini é um instrumento que tem por finalidade medir o grau de concentração de renda em determinado grupo, onde também é apontada a diferença entre o rendimento de pobres e ricos. Numericamente, o indicador varia de zero a um, sendo que o valor zero representa uma situação de igualdade e um o oposto.

Shorrocks (1982) destaca que o coeficiente de Gini pode ser decomposto em componentes da renda e a expressão resultante depende do coeficiente de concentração de cada componente e de seu peso na renda total. O cálculo do coeficiente de Gini é realizado da seguinte forma:

$$G = \left| 1 - \sum_{k=1}^{k=n-1} (X_{k+1} - X_k)(Y_{k+1} + Y_k) \right| \quad (1)$$

onde: G representa o coeficiente de Gini; X é a proporção acumulada da variável ‘população’; e Y é a proporção acumulada da variável ‘renda’.

De maneira simplificada, o coeficiente de Gini é representado pela seguinte fórmula:

$$G = \sum \phi h Ch \quad (2)$$

onde: G representa o Coeficiente de Gini; Ch é o coeficiente de concentração da renda; h corresponde à renda total; e ϕh é o peso do fator h na renda total.

Desigualdade de renda no Brasil

O Brasil, por exemplo, país subdesenvolvido (em desenvolvimento), é desigual em termos sociais e econômicos. Apesar de o país conviver com tal realidade, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2011), a desigualdade de renda no Brasil caiu continuamente desde 2001.

Entre os anos de 2001 e 2011, a renda *per capita* dos 10% mais ricos se elevou 16,6%, enquanto a renda dos mais pobres cresceu 91,2% no mesmo período. Este fenômeno, traduzido pelos dados, foi intitulado por Neri e Souza (2012) de ‘década inclusiva’.

Prova disso é que no ano de 2011, conforme o PNAD, o Brasil atingiu seu menor nível de desigualdade de renda desde seus primeiros registros, iniciados em 1960, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Para ilustrar a situação, a Figura 1 traz a situação da desigualdade no Brasil, representada pelo coeficiente de Gini, desde o ano de 1960 (primeiro registro) até o ano de 2011.

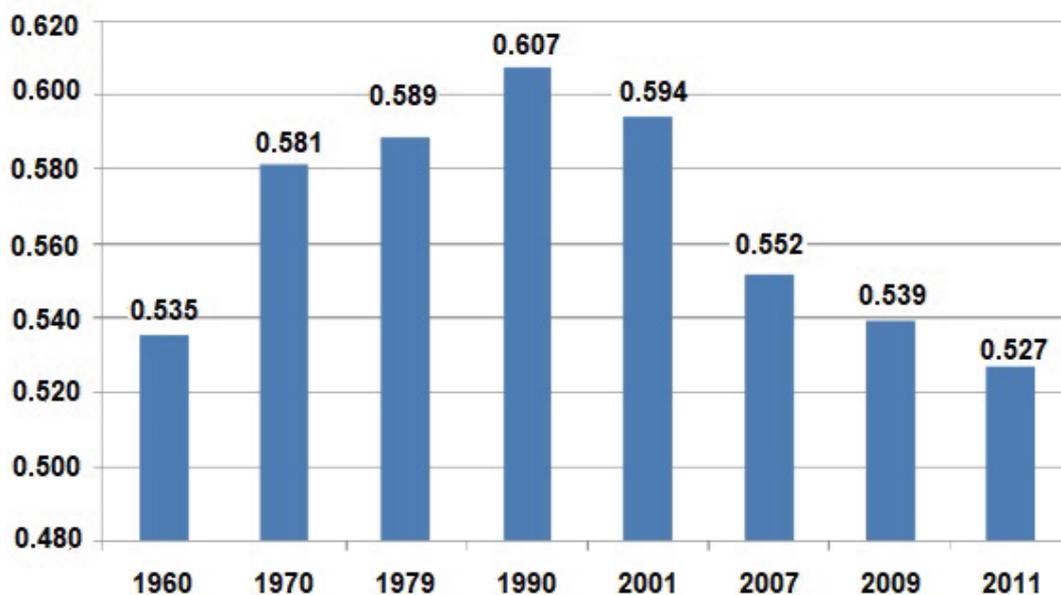


Figura 1. Desigualdade (Gini) no Brasil de 1960 a 2011.

Fonte: Neri e Souza (2012)

Através da Figura 1 é possível observar que do ano de 1960 ao ano de 1990 a desigualdade, representada pelo coeficiente de Gini, obteve um crescimento exponencial. Em 1960, o coeficiente de Gini era de 0,54 e se elevou para 0,61 em 1990, sendo que neste último ano, foi aquele em que pode-se observar o maior coeficiente dentro da série histórica, indicando que a desigualdade na distribuição de renda se elevou neste período.

A partir daí pode-se observar um decréscimo, até que no ano de 2011, este atingiu o menor índice, 0,53, indicando que a desigualdade na distribuição de renda diminuiu no período que compreende os anos de 1990 a 2011.

Para Neri e Souza (2012, p. 6), no período em questão, “[...] os ganhos de renda obtidos aumentam paulatinamente, na medida em que caminhamos do topo para a base da distribuição de renda”. Conforme os autores, como consequência da redução da desigualdade, “[...] a pobreza mantém uma contínua trajetória decrescente, que vem desde o fim da recessão de 2003 independentemente da linha de pobreza e da medida usada” (Neri & Souza, 2012, p. 9).

De acordo com Neri e Souza (2012), a redução da pobreza é explicada pela redução da desigualdade de renda, que também pode ser explicada pela adoção das metas do milênio das Organizações das Nações Unidas (ONU) por parte do governo do Brasil.

Tentando compreender se tal fenômeno se estende ao estado de Minas Gerais, uma das 27 unidades federativas do Brasil, o presente estudo buscou analisar a desigualdade na distribuição de renda dos municípios do estado de Minas Gerais com base nos dados dos Censos Demográficos dos anos de 1991, 2000 e 2010.

Segundo Silva, Fontes, e Alves (2006), apesar do estado de Minas Gerais apresentar um papel importante na economia brasileira e na política, se caracterizando como um dos mais dinâmicos do país, dono de muitas riquezas e um vasto território, o mesmo apresenta uma economia cheia de dualidades, pois “[...] algumas regiões e municípios demonstrando alto desenvolvimento e prosperidade, enquanto em outros predominam atraso econômico e penúria, péssimos indicadores sociais, alto índice de pobreza e fome” (Silva et al., 2006, p. 55).

De acordo com os autores, esta heterogeneidade que caracteriza o estado “[...] apresenta-se tanto em variáveis econômicas quanto geográficas e sociais e, em parte, pode ser explicada por sua extensão territorial e pela concentração da produção e da população em determinadas áreas” (Silva et al., 2006, p. 55).

Procedimentos metodológicos

Para as demonstrações pretendidas com este estudo, foi realizada uma pesquisa de abordagem quantitativa. Quanto aos objetivos a pesquisa se classifica em descritiva. Quanto aos procedimentos técnicos, por sua vez, a pesquisa classifica-se em documental. A variável utilizada foi o coeficiente de Gini, que retrata a desigualdade de renda.

Os dados da pesquisa foram coletados na plataforma Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, desenvolvida em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Fundação João Pinheiro (FJP) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Foram coletados dados para os anos de 1991, 2000 e 2010, em que ocorreram os últimos Censos Demográficos no Brasil. Posteriormente à coleta e organização dos dados, foram efetuadas análises dos mapas coropléticos que foram construídos por meio da utilização do *software* cartográfico Esri ArcGis 10.5. (ESRI, 2018).

Caracterização do estado de Minas Gerais

Minas Gerais é uma das 27 unidades federativas existentes no Brasil, integrante da região sudeste, quarto em extensão territorial e o segundo em número de habitantes. Limita-se ao sul e sudoeste com o estado de São Paulo, a oeste com Mato Grosso do Sul, a noroeste com Goiás e o Distrito Federal, a norte e nordeste com o estado da Bahia, a leste com o Espírito Santo e a sudeste com o Rio de Janeiro. A Figura 2 apresenta o mapa de localização do estado de Minas Gerais.

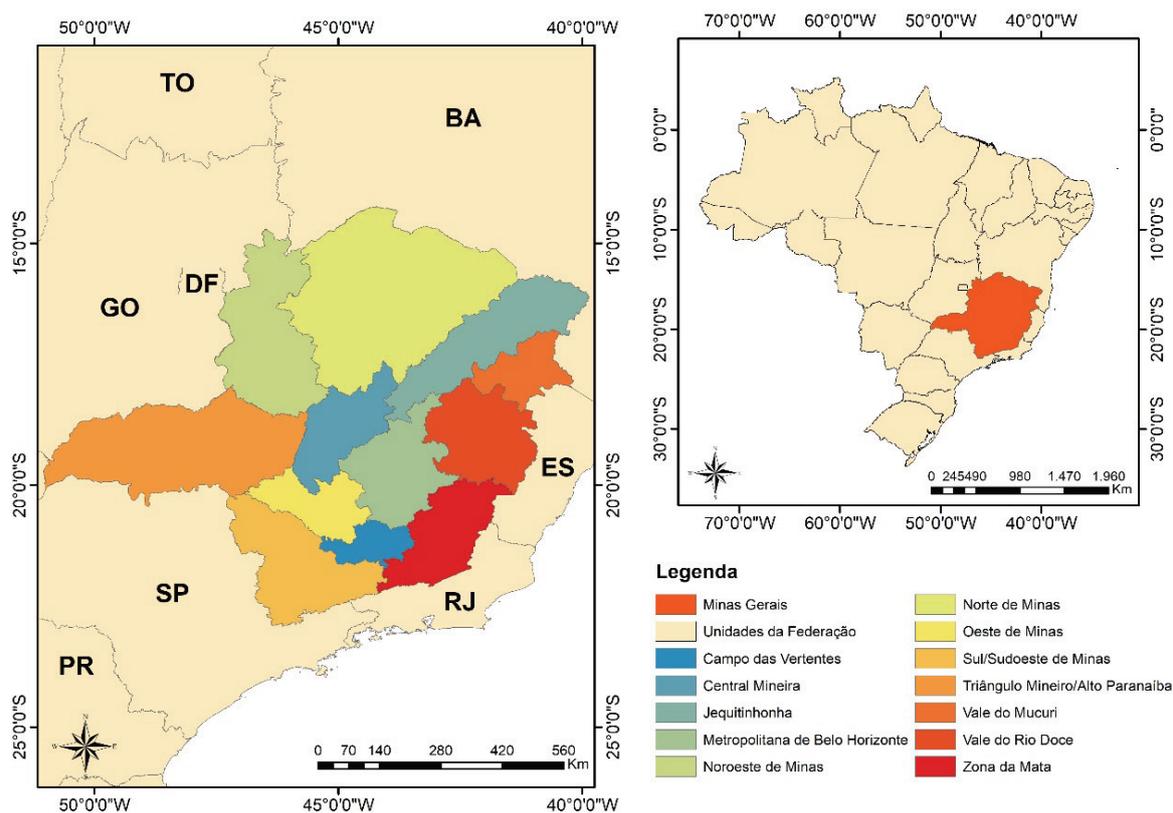


Figura 2. Mapa de localização do estado de Minas Gerais.

Fonte: Elaborado pelos autores.

O estado de Minas Gerais tem área total de 586.522,122 km², estimativa populacional da Pesquisa Nacional por Amostra de Municípios (IBGE, 2018) do ano 2018 de 21.119.536 habitantes, densidade demográfica de 36,01 hab. Km⁻², Produto Interno Bruto (PIB) per capita de R\$ 17.931, posicionando-se na décima posição em termos de crescimento econômico, clima tropical e tropical de altitude e tem como capital o município de Belo Horizonte/MG.

O território do estado é dividido em 853 municípios que são subdivididos nas mesorregiões de Campos das Vertentes, Central Mineira, Jequitinhonha, Metropolitana de Belo Horizonte, Noroeste de Minas,

Norte de Minas, Oeste de Minas, Sul e Sudoeste de Minas, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Vale do Mucuri, Vale do Rio Doce e Zona da Mata.

Análise e discussão de resultados

Nesta seção serão apresentados mapas coropléticos do coeficiente de Gini dos municípios dos municípios do estado de Minas Gerais nos anos de 1991, 2000 e 2010, que serão interpretados em conformidade com a teoria apresentada na fundamentação teórica. Os valores da variável encontram-se uniformemente distribuídos dentro dos limites da área do estado de Minas Gerais. Neste sentido, o fenômeno da desigualdade de renda muda de valor nos limites das unidades geográficas do estado de Minas Gerais, e, portanto, sua variação espacial ocorre de forma abrupta nos limites geográficos das unidades estatísticas e administrativas.

A desigualdade de renda da população residente nos municípios do estado de Minas Gerais se torna mais evidente quando se analisa individualmente cada município, posto que é um dos Estados em que mais se verifica a coexistência de regiões modernas em contraposição aquelas tidas como estagnadas. Deste modo, os municípios coloridos com a cor azul possuem baixíssima concentração de renda, os da cor verde baixa. Aqueles coloridos com a cor amarela possuem concentração média de renda. Os da cor laranja possuem alta, e os da cor vermelha altíssima concentração.

Para facilitar a análise, foram construídos três mapas, um para cada ano, onde pode-se visualizar o mapa coroplético da desigualdade de renda no período estudado.

No ano de 1991, diversos municípios do estado de Minas Gerais tiveram seu coeficiente de Gini estratificado em baixíssimo, baixo, médio e alto. Além dos estratos supracitados, os municípios que não obtiveram estas classificações receberam o estrato de altíssima concentração de renda. Os municípios que receberam tal estrato correspondem a 18 (2,11%) dos 853 municípios do estado de Minas Gerais. São eles: (1) Almenara; (2) Baependi; (3) Campo Belo; (4) Carmo do Cajuru; (5) Conquista; (6) Crisólita; (7) Cruzeiro da Fortaleza; (8) Divisópolis; (9) Estrela do Indaiá; (10) Itambacuri; (11) Jesuânia; (12) Luminárias; (13) Mamonas; (14) Recreio; (15) Salto da Divisa; (16) Santa Maria do Suaçuí; (17) São Domingos das Dores; e (18) Tupaciguara (Figura 3).

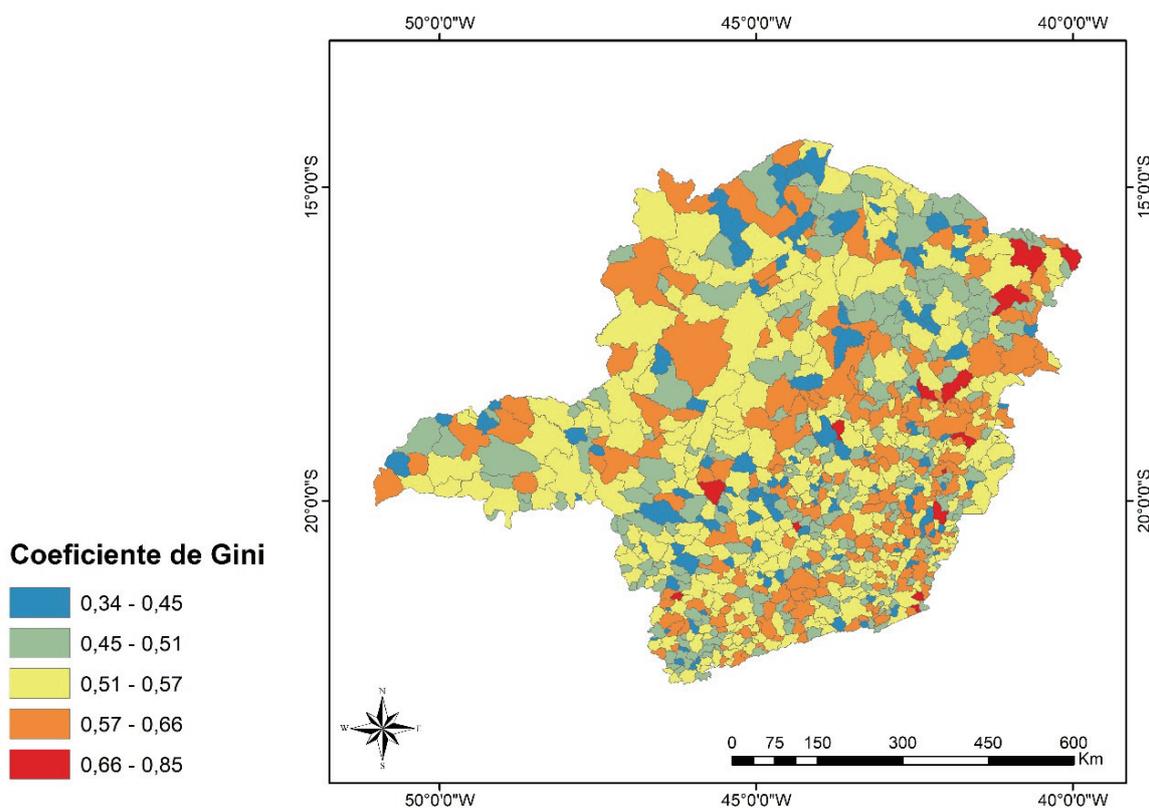


Figura 3. Mapa do coeficiente de Gini dos municípios do estado de Minas Gerais no ano de 1991.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Estes fazem parte do estrato de municípios com altíssima concentração de renda, portanto maior desigualdade em sua distribuição, pois a renda concentra-se na mão de poucos e a maioria sofre com sua ausência.

No ano 2000, conforme Figura 4, os municípios do estado de Minas Gerais foram estratificados da mesma forma, em baixíssima, baixa, média, alta e altíssima concentração de renda. Dentre estes, pode-se destacar novamente aqueles que receberam o estrato de altíssima concentração de renda e consequente altíssima desigualdade em sua distribuição.

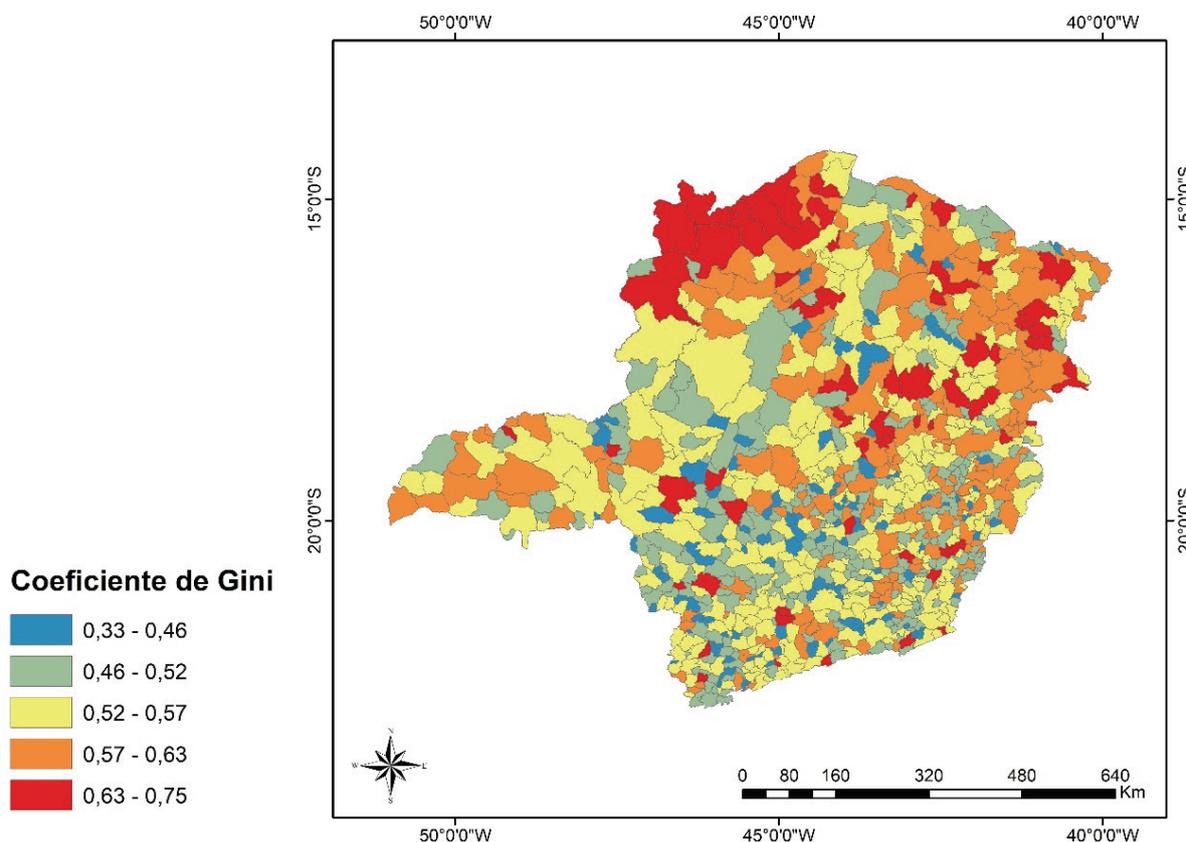


Figura 4. Mapa do coeficiente de Gini dos municípios do estado de Minas Gerais no ano de 2000.

Fonte: Elaborado pelos autores.

No ano de 2000, estes foram responsáveis por um número mais expressivo, sendo estes 77 (9,03%) dos 853 municípios do estado. São eles: (1) Água Boa; (2) Águas Formosas; (3) Aiuruoca; (4) Almenara; (5) Amparo da Serra; (6) Angelândia; (7) Arinos; (8) Ataléia; (9) Bom Jesus da Penha; (10) Bom Repouso; (11) Bonito de Minas; (12) Brasilândia de Minas; (13) Buenópolis; (14) Buritis; (15) Caparaó; (16) Caratinga; (17) Carmópolis de Minas; (18) Centralina; (19) Chapada Gaúcha; (20) Coluna; (21) Comendador Gomes; (22) Conceição do Pará; (23) Conquista; (24) Cordisburgo; (25) Cristais; (26) Divinolândia de Minas; (27) Esmeraldas; (28) Estrela do Indaiá; (29) Formoso; (30) Fruta de Leite; (31) Guaraciaba; (32) Ibiá; (33) Ibiracatu; (34) Icaraí de Minas; (35) Ingai; (36) Ipuiúna; (37) Itaipé; (38) Itamarandiba; (39) Itambacuri; (40) Lagoa Grande; (41) Jequitaiá; (42) Jequitibá; (43) Jesuânia; (44) José Raydan; (45) Luislândia; (46) Luminárias; (47) Madre de Deus de Minas; (48) Manhumirim; (49) Mário Campos; (50) Miravânia; (51) Monjolos; (52) Monte Formoso; (53) Montezuma; (54) Nanuque; (55) Nova Belém; (56) Nova Lima; (57) Novo Oriente de Minas; (58) Paracatu; (59) Passa-Vinte; (60) Pavão; (61) Pedra do Anta; (62) Ponte Nova; (63) Romaria; (64) Rubelita; (65) Salto da Divisa; (66) Santa Cruz de Salinas; (67) Santa Margarida; (68) São João Batista do Glória; (69) São João del Rei; (70) São João do Manteninha; (71) São Miguel do Anta; (72) São Tiago; (73) Senador Modestino Gonçalves; (74) Sericita; (75) Serro; (76) Ubaporanga; e (77) União de Minas.

Além de enumerá-los, é possível afirmar ainda que houve um crescimento da concentração de renda e da desigualdade na distribuição da mesma no período, visto que em 1991 este estrato era responsável por 2,11% do estrato e em 2000 a porcentagem de participação foi 9,03%.

Já no ano de 2010, como pode-se observar na Figura 5, assim como nos anos de 1991 e 2000, o coeficiente de Gini dos municípios do estado de Minas Gerais foi estratificado em cinco estratos: baixíssimo, baixo,

médio, alto e altíssimo. Os que receberam o estrato de altíssimo foram 42 (4,92%) dos 853 municípios do estado. São eles: (1) Águas Formosas; (2) Amparo da Serra; (3) Araçuaí; (4) Barbacena; (5) Belo Horizonte; (6) Bonito de Minas; (7) Brumadinho; (8) Buritis; (9) Capitão Andrade; (10) Caraiá; (11) Carrancas; (12) Caxambu; (13) Central de Minas; (14) Chiador; (15) Cristália; (16) Cruzília; (17) Diego de Vasconcelos; (18) Estrela do Indaiá; (19) Jaboticatubas; (20) Jequitaiá; (21) Juiz de Fora; (22) Lagoa Formosa; (23) Leopodina; (24) Liberdade; (25) Luisburgo; (26) Mamonas; (27) Matutina; (28) Medina; (29) Mercês; (30) Monte Formoso; (31) Nacip Raydan; (32) Nova Lima; (33) Prados; (34) Salinas; (35) Santa Margarida; (36) Santo Antônio do Retiro; (37) São João do Manteninha; (38) São João do Paraíso; (39) Senador Cortes; (40) Serro; (41) Timóteo; e (42) Tiros.

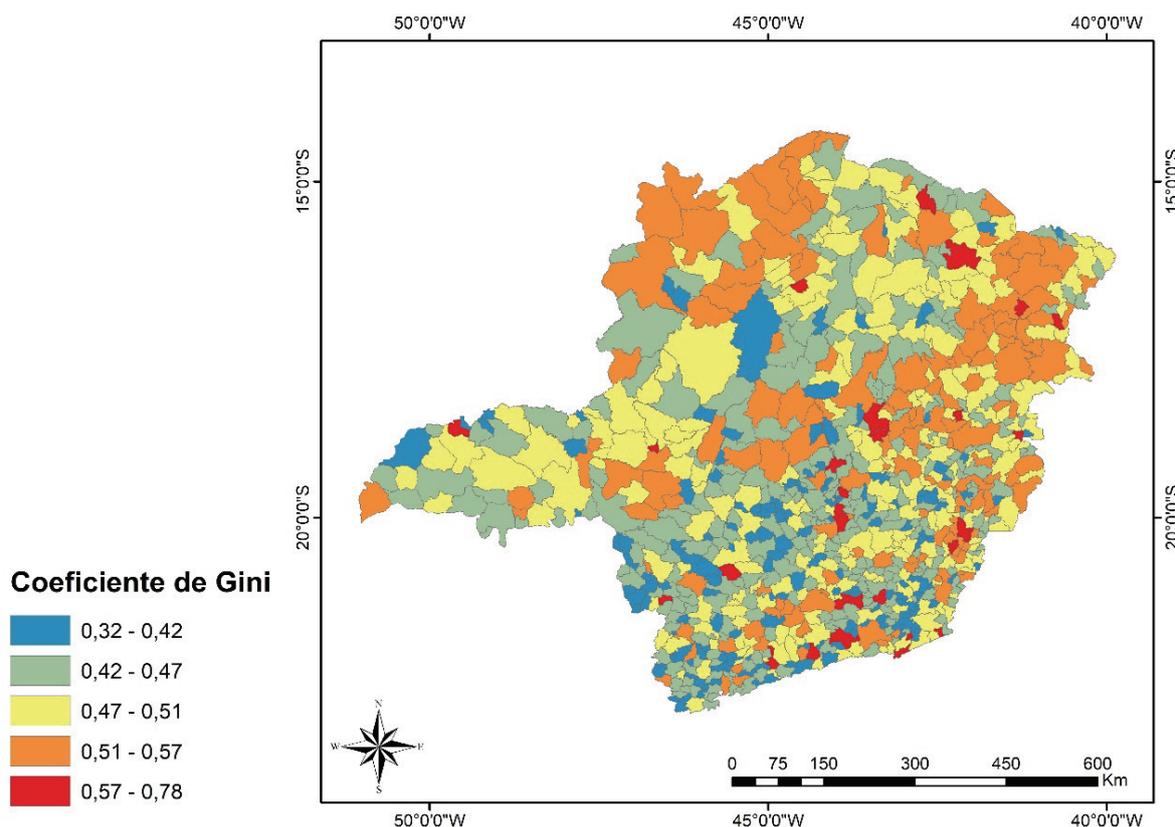


Figura 5. Mapa do coeficiente de Gini dos municípios do estado de Minas Gerais no ano de 2010.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Alguns municípios se mantiveram no mesmo estrato por todo o período analisado. No caso daquelas localidades com altíssima concentração de renda, o município de Estrela do Indaiá se destaca por ter se mantido no mesmo estrato nos anos de 1991, 2000 e 2010. No caso deste estrato em específico, outros municípios obtiveram a mesma classificação por dois anos seguidos como foi o caso de que se concentrou no estrato de município com elevado grau de concentração de renda no período que compreende os anos de Almenara, Conquista, Itambacuri, Jesuânia, Luminárias e Salto da Divisa. Já o município de Mamonas, esteve no estrato de municípios com altíssima concentração de renda nos anos de 1991 e 2010.

Outra análise que se pode fazer a partir da análise destes mapas é a regional, tomando como base o mapa apresentado na Figura 3. A partir da observação do mapa coroplético do coeficiente de Gini dos municípios do estado de Minas Gerais no ano de 1991, é possível inferir que as localidades com baixíssima concentração de renda encontram-se dispersas no mapa.

Já aquelas com altíssima concentração de renda localizam-se em sua maioria nas mesorregiões do Central Mineira, Jequitinhonha, Metropolitana de Belo Horizonte, Vale de Mucuri, Vale do Rio Doce e Zona da Mata. Dentre esta, pode-se destacar as mesorregiões de Jequitinhonha e Vale de Mucuri que são marcadas por altíssima concentração de renda e por consequência intensa desigualdade de renda e de ordem socioeconômica. Simão (2004) assevera que essa mesorregião é baseada na agricultura de subsistência, sendo uma das mais pobres do estado de Minas Gerais.

No ano de 2000, o panorama da desigualdade de renda no estado de Minas se modificou, visto que, como já fora evidenciado, o número de municípios com altíssima concentração de renda aumentou consideravelmente, de 2,11% para 9,03%. Se a renda se concentrou, a desigualdade na distribuição da mesma se elevou, principalmente nas mesorregiões do Central Mineira, Jequitinhonha, Metropolitana de Belo Horizonte, Noroeste de Minas, Norte de Minas, Sul/Sudoeste de Minas, Vale de Mucuri e Zona da Mata. O destaque desta vez é da mesorregião do Jequitinhonha, Noroeste de Minas e Norte de Minas que possuem o maior número de municípios com altíssima concentração de renda e por consequência altíssima desigualdade na distribuição da mesma.

Já no ano de 2010, a situação se modificou mais uma vez, visto que o número de municípios com altíssima concentração de renda foi reduzido de 77 para 42, representando uma redução de 4,11% em relação ao ano de 2000. Neste ano, a concentração de renda ocorreu mais comumente das mesorregiões do Central Mineira, Jequitinhonha, Norte de Minas, Sul/Sudoeste de Minas e Zona da Mata.

Neste cenário, o ano censitário de 2000, foi o que obteve maior concentração de renda e por consequência maior desigualdade em sua distribuição. Além disso, pode-se inferir que o estado de Minas Gerais obteve maior concentração de renda do ano de 1991 para 2000, portanto maior desigualdade na distribuição da mesma e obteve uma considerável redução desta desigualdade e concentração no ano de 2010, indicando que a desigualdade aumentou e diminuiu, respectivamente, no período analisado, entre os municípios do estado de Minas Gerais.

A redução da desigualdade de renda ocorrida entre os censos de 2000 e 2010 do estado de Minas Gerais, ocorre em decorrência do fenômeno intitulado por Neri e Souza (2012) como 'década inclusiva', visto que, assim como o Brasil, o estado experimentou crescimento e decréscimo de seu indicador de desigualdade de distribuição de renda, o coeficiente de Gini, sofrendo com este crescimento os impactos da 'década inclusiva'. Sendo assim, o fenômeno supracitado foi evidenciado por meio da análise dos dados, comprovando a tendência nacional.

Considerações finais

Esse estudo objetivou demonstrar a desigualdade de renda dos municípios do estado de Minas Gerais com base nos dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Foi realizada a análise e interpretação de mapas do coeficiente de Gini dos municípios do estado de Minas Gerais nos anos de 1991, 2000 e 2010, através de recursos cartográficos utilizando cartogramas construídos pelo método coroplético.

No ano de 1991, diversos municípios obtiveram coeficiente de Gini baixíssimo, baixo, médio e alto. Além disso, 18 (2,11%) dos 853 municípios do estado de Minas Gerais alcançaram coeficiente de Gini considerado altíssimo, tendo estes altíssima concentração de renda, portanto maior desigualdade. No ano 2000, o coeficiente de Gini também foi representado no mapa coroplético por meio de cinco estratos, baixíssimo, baixo, médio, alto e altíssimo, sendo que este último estrato sofreu uma elevação na sua participação, passando de 2,11% em 1991 para 9,03%, indicando que houve um aumento da concentração de renda e consequentemente da desigualdade na distribuição da mesma no território mineiro. Já no ano de 2010, adotando a mesma divisão, o estrato de altíssima concentração de renda sofreu uma redução de 9,03% para 4,92%, indicando que houve um decréscimo na concentração de renda e portanto a renda nestas localidades foram distribuídas de forma mais equitativa.

Neste cenário, o ano censitário de 2000 foi o que obteve maior concentração de renda e por consequência maior desigualdade em sua distribuição. Além disso, pode-se inferir que o estado de Minas Gerais obteve maior concentração de renda do ano de 1991 para 2000, portanto maior desigualdade na distribuição da mesma e obteve uma considerável redução desta desigualdade e concentração no ano de 2010, indicando que a desigualdade aumentou e diminuiu, respectivamente, no período analisado. Em relação aos censitários de 2000 e 2010, estes comprovaram o fenômeno da 'década inclusiva', pois o mesmo fora evidenciado na análise dos municípios do estado de Minas Gerais.

O estudo concluiu que, o estado de Minas Gerais apesar de usufruir de condições mais favoráveis que a de outras unidades da federação em termos de distribuição de renda, ainda possui localidades com elevada concentração de renda e, portanto, elevada desigualdade na distribuição da mesma, sendo necessária a adoção de novas e eficazes políticas de descentralização regional por parte do governo estadual, a fim de diminuir as diferenças entre as regiões mineiras e erradicação da pobreza e da desigualdade de renda no território e no Brasil.

Referências

- Barros, R. P. d., Carvalho, M. d., Franco, S., & Mendonça, R. (2007). Texto para discussão, n. 1256 A importância da queda recente da desigualdade na redução da pobreza. Rio de Janeiro: IPEA.
- Boron, A. A. (2002). *Estado, capitalismo e democracia na América Latina* (2a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Castells-Quintana, D., & Royuela, V. (2012). Unemployment and long-run economic growth: The role of income inequality and urbanisation. *Investigaciones Regionales – Journal of Regional Research*, 12(24), 153-73.
- Cimadamore, A. D., & Cattani, A. D. (2007). A construção da pobreza e da desigualdade na América Latina: uma introdução. In A. D. Cimadamore & A. D. Cattani (Orgs.), *Produção de pobreza e desigualdade na América Latina* (p. 7-14). Porto Alegre, RS: Tomo Editorial/Clacso.
- Clarke, G. R. G. (1995). More evidence of income distribution and growth. *Journal of Development Economics*, 47(2), 403-427. Doi: 10.1016/0304-3878(94)00069-0
- Cohen, L. E., Kluegel, J. R., & Land, K. C. (1981). Social inequality and predatory criminal victimization: an exposition and test of a formal theory. *American Sociological Review*. 46(5), 505. Doi: 10.2307/2094935
- Correia, M. (2009). Pobreza e desigualdade têm múltiplas causas. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo. Recuperado em 24 de novembro de 2018 de <http://portal.metodista.br/cidadania/numero-40/pobreza-e-desigualdade-tem-multiplas-causas/>
- Easterly, W. (2007). Inequality does cause underdevelopment: insights from a new instrument. *Journal of Development Economics*. 84(2), 755-776. Doi: 10.1016/j.jdeveco.2006.11.002
- Environmental Systems Research Institute [ESRI]. (2018). *Esri ArcGIS. Versão 10.5* [software]. Recuperado em 21 de novembro de 2018 de <https://www.esri.com/pt-br/arcgis/products/arcgis-online/overview>
- Fogel, R. (2002). *Pobreza y rol del estado en Paraguay*. Asunción, PY: CERI.
- Friedman, M. (2008). Living wage and optimal inequality in a sarkarian framework. *Review of Social Economy*. 66(1), 93-111. Doi: 10.1080/00346760701668479
- Harvey, D. (2013). *Os limites do capital*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2011). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011*. Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado em 7 de setembro de 2019 de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2018). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2018*. Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado em 7 de setembro de 2019 de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads>
- Langoni, C. G. (1972). Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil. *Estudos Econômicos*, 2(5), 5-88
- Mendonça, L. J. V. P. d. (2009). América Latina: da desigualdade social à desigualdade econômica. *Argumentum*, 1(1), 78-91. Doi: 10.18315/argumentum.v0i0.14
- Morrisson, C. (1996). *La Répartition des revenus*. Paris, FR: PUF.
- Neves, C., Câmara, M. R. G., Sesso Filho, U. A., Esteves, E. G. Z., & Marconato, M. (2015). Análise do índice de Gini nos municípios de Santa Catarina em 2000 e 2010: uma abordagem exploratória de dados espaciais. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, 9(2), 209-227.
- Neri, M. C., & Souza, P. H. C. F. d. (2012). *A Década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda*. Brasília, DF: IPEA. Recuperado em 4 de janeiro de 2019 de http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4639/1/Comunicados_n155_Decada.pdf
- Piketty, T. (2015). *A economia da desigualdade*. Rio de Janeiro, RJ: Intrínseca.
- Pochmann, M. (2012). Nova classe média? o trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo, SP: Boitempo.
- Shorrocks, A. F. (1982). Inequality decomposition by factor components. *Econometria*, 50(1), 193-211.
- Silva, E., Fontes, R., & Alves, L. F. (2006). Crescimento e desigualdade de renda em Minas Gerais. *REN -Revista Econômica do Nordeste*, 37(1), p. 54-78.
- Simão, R. C. S. (2004). *Distribuição de renda e pobre no Estado de Minas Gerais*. (Dissertação de mestrado). Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba.
- Souza, J. (Org.). (2006). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte, MG: UFMG.
- Stiglitz, J. (2009). The global crisis, social protection and Jobs. *International Labour Review*, 148(1-2), 1-13. Doi: 10.1111/j.1564-913X.2013.00165.x
- Temple, J. (1999). The New Growth Evidence. *Journal of Economic Literature*, 37(1), 112-156. Doi: 10.1257/jel.37.1.112
- Wilkinson, R. G., & Pickett, K. E. (2009). *The spirit level: why more equal societies almost always do better*. London, UK: Allen Lane.